

**ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - União Brasil) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Comunico a justificativa de ausência do deputado Lucas de Lima, conforme CI nº 021/2026. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, demais deputados, público presente. Bom dia àqueles que nos acompanham pela Rádio e TV Assembleia. "Ata da Trigésima Primeira Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Cinco da Trigésima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidas as seguintes proposições: Processo nº 00046464-40.2026.8.12.9012, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 64 a 66/2026, do Poder Executivo; Ofício nº 59.781/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 203, 204, 249, 250, 321, 342, 356 e 368/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; e-mail de Jacson José Rosa da Silva, Secretário Municipal de Educação de Jaraguari. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zeca do PT, Junior Mochi, Renato Câmara, Caravina, Marcio Fernandes, Pedrossian Neto, Lidio Lopes e Coronel David. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Gleice Jane, Roberto Hashioka, Jamilson Name e Zé Teixeira. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 258/2024, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 33/2026, de autoria do deputado Junior Mochi. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 44/2026, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas em discussão única e votação simbólica as seguintes proposições: requerimento de moção de aplauso de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada às senhoras Renata Rithiely Sandim Vieira e Nathália Grabowski Silva, extensiva à equipe da Funcraf de Campo Grande/MS, pelo êxito e dedicação no atendimento à criança indígena Isis Manuely Duarte Cara, garantindo-lhe acesso a tratamento especializado; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Craniofaciais – Funcraf, unidade de Campo Grande/MS, pelo relevante trabalho prestado no atendimento e na reabilitação de pacientes com anomalias craniofaciais e deficiência auditiva no

*âmbito do SUS; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (CUT-MS), na pessoa de seu presidente, o senhor Vilson Gregório, em reconhecimento à destacada participação da entidade e de suas organizações filiadas na Marcha da Classe Trabalhadora, realizada no dia 15 de abril, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, sob a coordenação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em âmbito nacional; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), na pessoa de sua presidenta, a senhora Fátima Silva, bem como a todas as suas entidades filiadas, pela ativa e relevante participação na Marcha da Classe Trabalhadora, realizada no dia 15 de abril, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, mobilização organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao Jornal O Progresso, representado pelo seu editor-chefe, senhor Alfredo Barbara Neto, pela celebração dos 75 anos de fundação do periódico, transcorridos em 21 de abril, bem como pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Escola Estadual Professora Maria de Lourdes Toledo Areias, em nome de sua diretora, a professora Adriana Bellei, pelos seus quarenta anos de história, dedicação e compromisso com a educação; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Zé Teixeira, Antonio Vaz, Lidio Lopes, Zeca do PT, Gleice Jane e Mara Caseiro. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e oito de abril do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - União Brasil) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra o primeiro-secretário para a leitura do Expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 29 de abril de 2026: Ofício nº 14.530/2026, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, respondendo à indicação do deputado Roberto Hashioka (Prot. nº 4655/2025); Ofício nº 59.762/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 226/2026); Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul, notificando a transferência de recurso federal para o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Semadesc (Prot. nº 1049/2026), e-mail da senadora Tereza Cristina, respondendo à moção de apoio do deputado Renato Câmara (Prot. nº 885/2026); Ofícios nºs 288 e 290/2026, da Prefeitura Municipal de Ponta Porã, respondendo à indicação e moção de congratulação dos deputados Pedro Kemp e Mara Caseiro, respectivamente (Prot. nº 384, 552/2026); Ofício nº 3.628/2026, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 033/2026); Carta nº 432/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 607/2026). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - União Brasil) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, demais colegas e a quem nos acompanha. Presidente, eu venho aqui para dizer que vamos apresentar uma denúncia ao Ministério Público relativamente à lei, aprovada na Câmara Municipal de Campo Grande e sancionada pela prefeita, que diz respeito ao uso dos banheiros públicos por pessoas trans. É uma lei que muito nos preocupa, primeiro porque considera o indivíduo apenas por sua condição biológica, não pelo seu gênero, e, segundo, pelos altos índices de violência contra a mulher observados em Mato Grosso do Sul, isto num país já extremamente transfóbico e misógino. A dita lei coloca em risco a segurança das mulheres, trans e cis: muito preocupante a postura da prefeita, que, ao invés de proteger, coloca em risco a vida das mulheres. Recentemente a primeira-dama francesa teve de recorrer à justiça para dizer que é uma mulher cis e não trans; ou seja, a transfobia é também uma forma de misoginia. A transfobia está relacionada ao gênero e, portanto, a lei aprovada em Campo Grande não repercute apenas sobre as pessoas trans: ela impacta todo o gênero feminino. A lei é transfóbica, a lei é inconstitucional, razão pela qual nós da bancada do PT (municipal, estadual e federal) já entramos com uma Adim [Ação Direta de Inconstitucionalidade] para derrubá-la, agora é só uma questão de tempo... Mas até que seja derrubada, a preocupação persiste, porque esse movimento vai gerar violência dentro dos espaços públicos, dentro dos banheiros públicos, porque, estejam certos, mulheres serão violentadas dentro desses espaços. A lei foi criada sem base em quaisquer índices, dados; ademais, as mulheres trans não são um fator agravante nessa questão da violência contra a mulher, muito pelo contrário, elas têm sua dignidade, merecem respeito e precisam de proteção. Nós temos de combater toda forma de violência contra a mulher, quer trans, quer cis, e a lei sancionada pela prefeita de Campo Grande coloca em risco, repito, a segurança de todas as mulheres. Enviamos, portanto, essa denúncia ao MP e entramos com uma Adim: urge que isso seja revisto... e com certeza vamos derrubar essa lei no STF. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra o deputado Pedro Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público que nos acompanha. Indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à gerente da Unidade Operacional da Anatel no Estado de Mato Grosso do Sul, senhora Vera Lúcia Burato Marques Sieburger, solicitando a adoção de providências visando à melhoria dos serviços de telefonia móvel no município de Jateí, considerando as constantes falhas de sinal, a instabilidade nas conexões e a baixa cobertura, problemas que têm prejudicado a comunicação e o desenvolvimento das atividades locais. Trata-se de uma solicitação dos vereadores Edson José de Lima Paz e Suziane Pereira da Silva Manfré, preocupados que estão com a situação da telefonia móvel no município. É um pedido dos vereadores, mas também uma reivindicação da comunidade de Jateí, que hoje a cobertura de internet, de

telefonía, é crucial para o desenvolvimento de qualquer município. Trago também, senhor presidente, uma moção de congratulação, endereçada à Delegacia Especializada de Repressão a Roubos a Bancos, Assaltos e Sequestros (Garras), na pessoa do delegado Hoffman D'Ávila, e à equipe de apoio de policiais civis de Coxim, São Gabriel do Oeste, Camapuã, Pedro Gomes e Rio Verde (MT), em reconhecimento à atuação estratégica no enfrentamento à criminalidade organizada, notadamente no âmbito da "Operação Leviatã"; e em reconhecimento à ofensiva de facções criminosas no território estadual. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida e encaminhada da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da população sul-mato-grossense, por proposição do deputado Caravina, manifesta seus mais elevados votos de congratulação à Delegacia Especializada de Repressão a Roubos a Banco, Assaltos e Sequestros (Garras), na pessoa do delegado Hoffman D'Ávila, bem como à equipe de apoio de policiais civis de Coxim, São Gabriel do oeste, Camapuã, Pedro Gomes e Rio Verde (MT), pela atuação eficiente no combate à expansão de organizações criminosas em nosso estado, notadamente no âmbito da 'Operação Leviatã'. Conforme amplamente divulgado, investigações recentes apontam que facções criminosas vêm tentando se infiltrar em Mato Grosso do Sul há meses, com o objetivo de dominar territórios e impor controle sobre atividades ilícitas, aproveitando-se da posição estratégica do estado, especialmente em regiões de fronteira com países como Paraguai e Bolívia. O cenário evidencia uma disputa direta entre grupos criminosos rivais pelo controle da criminalidade local, o que tem resultado no aumento da violência e a sensação de insegurança da população. Nesse contexto, destaca-se a atuação do Garras, que, por meio de ações integradas, trabalho de inteligência e operações coordenadas, tem desempenhado um papel fundamental na resposta do Estado frente ao avanço estruturado dessas organizações, que atuam com planejamento e divisão de funções para se estabelecer em território sul-mato-grossense. A Assembleia Legislativa reconhece o empenho, a coragem e a dedicação de todos os profissionais envolvidos nessa mega operação, ressaltando a importância do trabalho contínuo no enfrentamento ao crime organizado e na proteção da sociedade sul-mato grossense, desejando pleno êxito na continuidade dessas ações." Dou então meus parabéns a toda a equipe do Garras, aos policiais aqui citados, pelo excelente trabalho que fizeram na Operação Leviatã... Defensor que sou das forças de segurança de Mato Grosso do Sul, não podia deixar passar em branco essa exitosa operação, lembrando que a nossa polícia é uma das melhores do Brasil. Está registrada a moção, e peço o apoio dos colegas. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares e aos que nos visitam. Eu tenho um requerimento de informações a ser enviado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando, com a devida consideração, informações detalhadas acerca das obras de pavimentação da MS-290, denominada rodovia Deputado Estadual Onevan de Matos, a Estrada da Balsinha, no

trecho que interliga o município de Naviraí e a MS-180, em Iguatemi, especialmente com relação aos seguintes aspectos: 1) Estão as obras paralisadas? Em caso positivo, há previsão para a retomada do serviço? 2) Houve alterações no cronograma inicialmente estabelecido? e 3) Qual é o prazo para a conclusão da obra? O presente requerimento atende a um pedido formulado pela vereadora Patrícia Capuci, de Naviraí, reivindicação que é também das lideranças locais. A MS-290 desempenha papel estratégico no fortalecimento da economia regional, principalmente no que tange ao escoamento da produção agropecuária. Nesse sentido, eventuais intercorrências na execução da referida obra geram apreensão entre produtores rurais, empresários e demais usuários da via, sobretudo em períodos chuvosos, quando as já ruins condições de trafegabilidade tendem a se agravar. Ressalto que encaminhamos o presente expediente em caráter colaborativo (reconhecemos os esforços do Governo, que tem investido em infraestrutura), certos da atenção e da costumeira transparência dos referidos órgãos. Tenho também uma indicação, endereçada ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Turismo, Esporte e Cultura, senhor Alessandro Menezes de Souza, e ao diretor-presidente da Fundesporte, senhor Paulo Ricardo Martins, solicitando a destinação de recursos para a implantação de uma academia ao ar livre no assentamento Santa Clara II, localizado na zona rural do município de Juti. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Rogério Dias da Silva e Edmauro da Cruz Liberty. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu vou pedir permissão ao deputado Zeca do PT para ler uma moção... Vou ter de me retirar da sessão, presidente, que faleceu a mãe de um assessor meu, em Ponta Porã: tenho de viajar. Apresento uma moção de congratulação à Fetems, Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, e à CUT, Central Única dos Trabalhadores, pela realização da *Marcha da Classe Trabalhadora* em Mato Grosso do Sul, amanhã, dia 30 de abril, partindo aqui do centro de Campo Grande. O evento reúne centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais; enfim, um grande número de trabalhadores vão marchar amanhã na luta por seus direitos, na luta por suas pautas, principalmente pelo fim da escala 6x1 — lembrando que amanhã acontece o encerramento da 26ª Semana Nacional em Defesa da Educação Pública. De forma que nos congratulamos com a Fetems, congratulamo-nos com a Central Única dos Trabalhadores e com as demais centrais sindicais, que participam dessa mobilização nacional da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), antecipando já as comemorações do 1º de maio, Dia do Trabalho. Amanhã, portanto, temos essa grande mobilização para chamar a atenção da sociedade de Mato Grosso do Sul para as pautas da classe trabalhadora do nosso estado. Era o que tinha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, tenho uma indicação, que endereço ao senhor governador Eduardo Riedel, solicitando, com fundamento no interesse público e na valorização dos servidores públicos, que sejam realizados estudos técnicos visando à elaboração de projeto de lei que institua o pagamento de adicional de insalubridade às merendeiras e merendeiros da rede estadual de ensino, em razão da exposição habitual a calor excessivo no ambiente de trabalho. Vale registrar, senhor presidente, que diversos municípios do Brasil já avançaram nessa pauta, como Vacaria, no Rio Grande do Sul, como Itatiba, no Espírito Santo, que incorporaram o adicional de insalubridade para estes profissionais em suas legislações locais, demonstrando a viabilidade jurídica e administrativa da medida, além de reforçar seu caráter justo e necessário... Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Gostaria de registrar que uma delegação de lideranças do povo paraguaio encontra-se nesta Casa, liderados pelo nosso querido companheiro, amigo e conterrâneo Paulo Rios, que traz esses importantes representantes do empresariado paraguaio, para estabelecer negociações com o governo brasileiro. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente, com a permissão de Vossa Excelência, eu vou falar daqui da minha mesa. Senhoras e senhores, apresento primeiro uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos do inciso XVI do artigo 173 do Regimento Interno, que seja enviada moção de congratulação ao Projeto Porãbask, da cidade de Ponta Porã, na pessoa do professor Hugo da Costa, em reconhecimento ao trabalho realizado com os "Meninos do Terrão" e pela conquista do time como Campeão dos Jogos Escolares Brasileiros (JEB's) Sub-18 de Basquetebol 2026, garantindo a vaga para representar o Brasil no mundial da categoria, que acontecerá em Zlatibor, na Sérvia, entre os dias 13 e 22 de junho deste ano. Apresento também um projeto de lei que "institui o Programa Estadual 'Agro Inclusivo MS', destinado à promoção da inclusão produtiva de pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA) no meio rural, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". Registro outro projeto, que "declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Música e Arte, com sede no município de Nova Alvorada do Sul". Tenho também uma indicação, aos deputados e senadores representantes de Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional, com cópia ao senhor prefeito Marçal Gonçalves Leite Filho, de Dourados, solicitando o direcionamento de recursos da União visando à reforma geral da estrutura física da Escola Municipal Professor Manoel Santiago de Oliveira (incluindo a ampliação de salas de aula), localizada no bairro Vila Rosa, no município de Dourados. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Governo e Gestão

Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a realização de serviços de patrolamento e encascalhamento compactado para as ruas do bairro Vila São Jorge, anexo ao bairro Jardim Monte Líbano, no município de Dourados. Outra indicação, também aos nossos deputados federais e senadores, solicitando recursos da União para serem investidos na aquisição de veículos tipo pick-up e quadriciclo, para atender a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Costa Rica. Outra indicação, endereçada ao prefeito de Dourados, senhor Marçal Filho, solicitando gestão junto aos órgãos competentes para que seja realizado o serviço de Tapa-Buracos na MS-379, denominada Rodovia Ivo Anunciato Cersósimo (Perimetral Norte), no município de Dourados. E uma última, a ser enviada ao senhor Rodrigo Perez Ramos, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, solicitando, em caráter reiterativo, a implantação de galeria pluvial, rede de esgotamento sanitário e pavimentação asfáltica em diversas ruas que interligam os bairros Vila Mari, Jardim Monte Líbano, Vila São Jorge, Vila Norte, Jardim dos Estados e Jardim Piratininga, no município de Dourados. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, àqueles que nos prestigiam com a sua presença. Registro a presença ilustre do vereador Ademar Laurindo, da nossa querida Camapuã, aqui prestigiando a nossa Sessão. Cumprimento também nossos servidores, a imprensa e a quem nos assiste pela TV Assembleia. Faço uso do Pequeno Expediente para apresentar algumas indicações e moções. Indicação. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Renato Marcílio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, solicitando a implantação de rede de tubulação para ligação de água na região da Chiboca, localizada no município de Coxim. A presente proposição atende a uma solicitação do vereador William Meira, encaminhada ao nosso gabinete. Outra indicação, esta ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa/MS, solicitando a adoção de providências urgentes no sentido de viabilizar a ampliação da rede de distribuição de energia elétrica na região da Chiboca, localizada no município de Coxim. Esta é também uma solicitação do vereador William Meira, que nos foi encaminhada através do Ofício nº 023/2026. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, por cópias autônomas, ao senhor Guilherme Alcantara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agesul, solicitando em caráter de urgência a retomada das obras de pavimentação asfáltica da MS-290, a Rodovia Deputado Estadual Onevan de Matos (popularmente conhecida como Estrada da Balsinha), no trecho que interliga o município de Naviraí à MS-180, no município de Iguatemi. A presente solicitação atende ao pedido da vereadora Liliane Patrícia Dias Capuci, da Câmara Municipal de Naviraí, e a pedidos também que me foram feitos pessoalmente por usuários da rodovia. Registro também uma moção de congratulação, à senhora Luciene Silva de Oliveira Shimabukuro, em razão de sua expressiva vitória na

eleição para a presidência da Associação de Moradores do bairro Coophavila II, no município de Campo Grande. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 01082/2026, 01083/2026). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 1091/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01092/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: um requerimento (Prot. nº 1093/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 1079/2026, 01075/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 01077/2026, 01076/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro indicações (Prot. nºs 01071/2026, 01073/2026, 01072/2026, 01070/2026). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 01078/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 01090/2026, 1089/2026, 01088/2026, 01087/2026, 01085/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01080/2026); dois projetos de lei (Prot. nºs 01084/2026, 01081/2026). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 01086/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Senhor presidente, eu transfiro o meu tempo.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — sem revisão do orador — Senhor presidente, nobres pares, bom dia. Bom dia a todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e àqueles que nos assistem pela TV Assembleia. Mais uma vez venho a esta tribuna para pedir a ajuda dos colegas na causa do Hospital do Câncer. Começo parabenizando a sua diretoria, a qual, em parceria com o grupo do agro, inaugurou mais uma ala no hospital, com 32 novos leitos (96 leitos no atual mandato, em apenas dois anos). Aliás, não é outra a razão dessas parcerias: trabalhos filantrópicos que dão resultado como se de hospital particular fossem. Enche-nos de orgulho saber que temos grandes parcerias, e não é para menos: nós apresentamos uma emenda coletiva aqui, subscrita por todos os colegas (cinquenta mil de cada deputado), para que pudesse haver no Hospital do Câncer uma ala, um andar desses — construído pela ALEMS, terminado pela ALEMS —, onde se afixou uma placa com o nome dos vinte e quatro deputados estaduais. Estamos fazendo história na saúde pública de Mato Grosso do Sul, tendo em vista que o Hospital do Câncer Alfredo Abrão é referência, atendendo 73% dos pacientes oncológicos do estado, que não precisam ser encaminhados a Barretos, em São Paulo, nem a Cascavel, no Paraná. O Hospital Alfredo Abrão começa a se colocar nesse cenário de maneira grandiosa; está de parabéns o governador Eduardo Riedel, o qual, neste evento em que estivemos, defendeu

as terceirizações; defende que se abra à iniciativa privada o atendimento público — e os resultados são mesmo fantásticos, os resultados chegam. Recentemente estive na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, pela Unale, para entregar um prêmio, e o presidente daquele Parlamento me perguntou se as unidades de saúde de Campo Grande eram terceirizadas, eu disse que não. E aí, diz ele: "Deputado, aqui foram terceirizadas e o resultado é fantástico! Uma unidade que atendia 1.600 pacientes, passou a atender mais de seis mil." Ou seja, um resultado fantástico para o usuário do SUS. Diz o governador que "eu não consigo entender por que fazem oposição, se é só por fazer, não entendo qual é o espírito que anima esses críticos, talvez não entendam bem a natureza do problema." Em Campo Grande, a prefeita Adriane Lopes, junto com o secretário de Saúde, está tentando terceirizar duas unidades, deputado Caravina, sendo que temos 103 em Campo Grande (74 UBS, 6 UPAs e 4 CRS), mas ainda aquém da demanda. Ou seja, a prefeita precisa achar mecanismos que deem resultado para a população, precisa encontrar uma maneira de melhor atender as pessoas. Óbvio que a demanda na saúde é enorme em Campo Grande, que atende todo Mato Grosso do Sul. Embora a capital tenha perto de um milhão de habitantes, já são 1,6 milhão de cartões SUS emitidos — ou seja, a população do estado é atendida em Campo Grande! Esses dias eu conversava com um prefeito que me dizia assim: "Deputado, eu faço *mea culpa* nisso, eu tenho doze veículos, tudo revisado, no meu pátio, não tenho problema de saúde na cidade: eu coloco no veículo e mando para Campo Grande." Aí o paciente (com cartão SUS emitido em Campo Grande) chega aqui, procura uma UPA (que obviamente o atende, o município não lhe pode fechar as portas, a saúde é universalizada), o médico emite a receita, num papel timbrado da Sesau, e aí o paciente não vai esperar para procurar o remédio na farmácia do município dele, ele vai a uma farmácia aqui mesmo. Ou seja, Campo Grande está bancando a saúde do Mato Grosso do Sul inteiro, quer atendendo, quer medicando, e assim a conta não fecha e não vai fechar nunca — ano passado a Sesau consumiu nada menos que 33% do orçamento do Município de Campo Grande! E aí, quando se discute como melhorar o atendimento da população, aparecem sempre aqueles que criticam por criticar, sem saber como o processo funciona. O que quer a prefeita? O que se discute hoje no município é a terceirização de duas unidades, duas CRS [Centro de Referência de Saúde]. E em que difere a UPA da CRS? A UPA é 100% bancada pelo SUS, dinheiro que vem do Ministério da Saúde, do Governo Federal, enquanto que a CRS é custeada integralmente pelo Município. Então por que não terceirizar? Por que não tentar, ver se funciona? Deu resultado? Vida que segue, como o Governo está fazendo hoje com o Regional e outros hospitais no estado. Não deu? Interrompe-se o contrato e pronto. Quando eu era funcionário do Tribunal de Contas, deputada Mara, uma vez fui fazer uma inspeção num município (mexia exatamente com contratos e licitações), porque o Ministério Público se posicionara contrário a uma terceirização, de vez que 80% da saúde desse município tinha passado para uma ONG, e, se houvesse problema com essa instituição, óbvio que a saúde do município ia ter problema, e sério... Em Campo Grande, de 103 unidades de saúde, a ideia é terceirizar duas!... Em Santa Catarina, como disse, uma unidade que atendia 1.600 pacientes passou a atender seis mil, por dia! Ou seja, os resultados acontecem, porque numa instituição privada o que mais pesa é o resultado. Mas o que me surpreende é ver certas pessoas arvorando-se em paladinos da moral pública, mesmo desconhecendo o assunto, sem interesse em pesquisar;

eu tenho visto comentários em grupos de WhatsApp. Que absurdo! Que vergonha! Onde que o pobre vai achar dinheiro para pagar uma unidade dessas?!... Mas quem disse que as pessoas vão ter de pagar? A saúde continua sendo gratuita, é sistema SUS, o Município vai bancar 100% dessa unidade. Então, as pessoas precisam ser esclarecidas, precisam saber que o que se busca é resultado, não criar problema o usuário. Está de parabéns o governador por ter feito essa defesa, e está de parabéns o Hospital do Câncer Alfredo Abrão, onde estamos vendo exatamente este resultado: uma instituição filantrópica, privada e que hoje desenvolve um belo trabalho, e num sistema 100% gratuito. Esses dias, deputado Junior Mochi, eu conversava com um casal ali da sua cidade, Coxim. E me diz a esposa: "Deputado, eu vim aqui fazer um tratamento de câncer, e quando entrei no hospital Alfredo Abrão, colocaram o meu esposo num leito... De imediato já fui dizendo: — Nós não temos condições de pagar, não podemos ficar na ala particular, nós queremos ficar na ala pública, do SUS. — Fique tranquila, essa ala também é SUS, aqui é 100% SUS, tudo gratuito. Eu fiquei surpresa com a qualidade do serviço que recebemos, uma mobília de primeira, com frigobar, com tevê de led, cama elétrica." É isto, é um atendimento de referência, de qualidade, para que o paciente se sinta bem, para que o paciente tenha tranquilidade para fazer o tratamento. E é este cuidado, é esta preocupação que anima a prefeita de Campo Grande: ela quer entregar o melhor e ver o resultado acontecendo, ela quer ver as pessoas sendo bem atendidas.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Lidio Lopes, permite um aparte?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Permito o aparte de Vossa Excelência.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu compreendo a complexidade da questão, a saúde é um assunto ao qual me dedico sempre, até porque o Ministério da Saúde faz um investimento grande nos municípios; mas esses recursos são direcionados para a atenção básica, acaba sobrando pouco para a saúde resolutiva, para os hospitais, vindo desaguar em Campo Grande os problemas de alta complexidade; e falar em alta complexidade é falar em Santa Casa, de forma que, obviamente, precisamos encontrar alternativas para o hospital. Como quer que seja, é de reconhecer o excelente trabalho do Hospital do Câncer Alfredo Abrão. Eu falo aqui e falo em todo lugar que a sociedade, como um todo, deveria ajudar mais o Alfredo Abrão... Fazem-se os leilões, está muito bem, os leilões são importantes, mas bem que se poderia destinar uma parte disso para o Hospital Alfredo Abrão, porque é aquele que atende o cidadão sul-mato-grossense, é sempre lá o primeiro atendimento, e atendimento de primeiríssima qualidade; realmente o Hospital Alfredo Abrão é uma referência, um orgulho; infelizmente não pude me fazer presente agora na inauguração da ala. Enfim, aonde quer que eu vá, eu sempre faço essa referência, porque acho que a sociedade tem de abraçar a causa: hoje o Hospital Alfredo Abrão, para mim, é uma referência em termos de atendimento, na atenção que se dá ao paciente em Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Muito obrigado, incorporo integralmente seu aparte. Nesta mesma esteira, um grupo de mulheres, de vinte e cinco famílias do agro, sensibilizou-se, cada família doou cinquenta mil, conseguiram então fazer uma ala. Agora, mais um grupo (não só do agro), também vinte e cinco famílias, se mobiliza, cada uma vai dar cinquenta mil, para terminar a ala da Pediatria. E assim, com essa mão amiga, com esse sentimento de altruísmo, o hospital vai sendo concluído... Agora está sendo construído um *bunker* (empresários se mobilizaram pra isso) onde será instalado um acelerador linear, lembrando que só existe um desses no Brasil, lá no Albert Einstein. A diferença é que o Einstein atende quem tem recursos, e o que está vindo para cá (já está no Porto de Santos) é para atender as pessoas pobres, os usuários do SUS. O foco desse aparelho é de três milímetros, o que permite reduzir o número de sessões de radioterapia de trinta para dez: ele é preciso, não queima o tecido em volta, focaliza exclusivamente célula do câncer. Ou seja, Campo Grande vai dar um salto gigantesco no enfrentamento do câncer, através do Hospital Alfredo Abrão. É por isso que estamos trazendo mais uma vez essa pauta aqui, é por isso que uma vez mais apelo aos colegas que subscrevam essa emenda coletiva (cinquenta mil por deputado), para que possamos concluir um andar — o sexto andar, que é o que falta fazer. Outro andar está sendo concluído por um sistema cooperativo, através do sistema Sicred, e resta o sexto — onde, repito, há um espacinho reservado para colocarmos lá uma placa da ALEMS com o nome dos vinte e quatro deputados desta Casa. Então, este é o espírito da saúde pública, com parceria privada, e com resultado para a população sul-mato-grossense; e é isso que hoje o secretário Marcelo Vilela e a prefeita Adriane Lopes estão tentando fazer por Campo Grande, para melhorar a qualidade do atendimento da saúde pública. Era o que tinha, senhor presidente, muito obrigado. Deus abençoe.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Roberto Hashioka

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Senhor presidente, caros deputados, deputadas, quem nos acompanha, senhoras e senhores, eu tenho aqui uma notícia muito importante. Na data de hoje, o Dnit publicou um edital para a contratação do projeto executivo da construção do trecho que vai ligar Nova Andradina ao rio Paraná, exatamente no Porto São João, no município de Batayporã (do lado do Paraná, é o Porto São José). Essa rodovia dará continuidade a BR-376, que nasce ali na BR-163, perto de Dourados. Então esse edital é um avanço, tendo em vista que no dia 21 de março passado o governador Ratinho, lá em Porto São José (estava presente o governador Eduardo Riedel), anunciou a construção da ponte, a transposição do rio Paraná, com a extensão de dois quilômetros. Agora o Dnit busca a contratação do projeto executivo, que vai custar em torno de R\$ 5,3 milhões; essa ligação terá um impacto muito forte na economia do nosso estado, porque estará encurtando distâncias até o sul do Brasil, principalmente até o Porto de Paranaguá. Agora é acompanhar, o projeto tem aí doze meses de prazo para ser

elaborado, e esperamos que já num futuro próximo tenhamos o início das obras, tanto da rodovia (o acesso ao Porto São João, em Batayporã, na margem direita do Paraná) como da ponte, que será construída pelo estado do Paraná, lá em Porto São José. Era isso, muito obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Senhor presidente, hoje foi aprovado um projeto de resolução de minha autoria, relatado pelo deputado Caravina, presidente da CCJR, que "institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo denominados 'Médico Oftalmologista Luiz Eleuthério Lani', com o objetivo de homenagear os profissionais médicos oftalmologistas". Essa homenagem realiza-se no Brasil inteiro dia 7 de maio. Como isso chegou ao nosso gabinete recentemente, e levando em consideração a exiguidade do tempo, eu gostaria de pedir a Vossa Excelência, presidente, com a aquiescência dos pares, que colocássemos na pauta o projeto, assim dá tempo de levantar o histórico, o currículo de cada homenageado, dá tempo de fazermos a Sessão Solene dia 7 (que já está formalmente requisitada). Portanto gostaria de contar com a compreensão da Mesa Diretora e dos demais colegas. É o que tinha, senhor presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela urgência, colocamos então o projeto na pauta de hoje, professor.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só para fazer uma pequena correção nos motivos da moção que fiz ontem ao governo do presidente Lula. O vice-presidente da República anunciou, na feira agropecuária de Ribeirão Preto, R\$ 25 bilhões: quinze para a aquisição de caminhões, máquinas e tecnologia e mais dez bilhões para aqueles que foram eventualmente prejudicados com as taxas de juros decorrentes das guerras do Golfo e da Ucrânia... Eu falei em vinte e cinco bilhões para refinanciamento para renegociação de dívida do agro, mas eu estava errado, senhor presidente, infelizmente. Acabo de receber a notícia aqui: o Governo autorizou a renegociação de mais R\$ 82 bilhões em dívida dos produtores rurais... Vão gostar de dinheiro público assim lá longe! Pelo amor de Deus!

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Concede um aparte, deputado?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Já concedo... Eu vi uma matéria ontem, Zé Teixeira, de um analista dizendo que essa história do agro é balela, que o agro não vive sem dinheiro público, que não gera emprego nenhum. Se parte desse dinheiro fosse investida no comércio, com certeza já teríamos pleno emprego no Brasil. Oitenta e dois bilhões a mais para renegociação das dívidas do agro! E mesmo assim a bezerrada continua falando mal do Lula. Obrigado, presidente. Concedo o aparte ao deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Perdão, governador, mas eu discordo de Vossa Excelência, até porque o dissenso é inerente ao debate. Não concordo de jeito nenhum, até porque a recuperação judicial (vamos usar a expressão certa) de débitos, do agronegócio, é feita a partir do momento que o presidente da República não consegue conter o juro alto, e juro alto é o que grassa no Brasil. Aí, é de se fazer justiça: o presidente Lula está atento? Que bom que ele olhou para isso... A recuperação judicial é necessária, sob pena de quebrarem todos os agricultores do Brasil, porque a âncora do desenvolvimento do país ainda é o agronegócio: nós não somos um país industrializado totalmente, nós dependemos do agro. Ainda bem que o presidente da República está olhando para o produtor rural, ainda bem que ele abriu essa possibilidade da recuperação judicial. O senhor não tem noção de quantos produtores rurais, aqui no Mato Grosso do Sul, pediram recuperação judicial! Eles não se recusam a pagar, só que o Governo federal não está dando a assistência necessária no assunto do seguro-safra: o risco é todo do produtor rural, deputado Zeca. O produtor compra o adubo no preço que está aí, vai lá, produz; se chover, choveu, se não choveu, o cara leva prejuízo. Agora, recuperação judicial, não é o primeiro Governo que faz isso, deputado Zeca. Na sua época de governador, nós tivemos uma renegociação assim, no governo Fernando Henrique, que nada mais é do que possibilitar a renegociação, no Banco do Brasil, das dívidas dos produtores rurais — que foram feitas para que eles pudessem plantar, colher e gerar emprego.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permita-me, deputado Paulo Corrêa, permita-me, presidente: eu discordo. O agro não é indutor de desenvolvimento, coisa nenhuma! Balela! "O agro é pop, o agro é não sei o quê..." Isso é propaganda. O agro é absolutamente dependente de dinheiro público. Ponto. Segundo: uma coisa é recuperação judicial, meu querido Paulo, outra bem diferente é fazer dívida para comprar caminhonete, que o que mais se vê é a fazendeirada desfilando por aí nesses mostrengos, parecem um caminhão, mostrando poder e riqueza, depois se enrolam e querem renegociar. Eu sou bancário, entrei no banco em 1973, ao longo de todo esse tempo em que fiquei no Banco do Brasil, só o que eu ouvia era falar de renegociação e de mais dinheiro para a tal da agropecuária (agora é nome moderno, é *agro*). Mas tudo bem, é válida a discussão, mas que parem de ser hipócritas, parem de falar mal do governo, se se sustentam com o governo. Obrigado, presidente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Permite um aparte, deputado?

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Pois não, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Meu colega fazendeiro, meu parceiro Zeca do PT. Da maneira como fala, o senhor agride o setor produtivo. Porque governo não dá centavo algum para ninguém, quem dá dinheiro para o produtor rural são os bancos, com uma taxa de 15% ao ano! Não é dinheiro do governo, é dinheiro das instituições financeiras, do Bradesco, do Itaú, do Banco do Brasil... Com os problemas climáticos dos últimos dois anos, com a perda da safra, com a suba da saca de soja para cem reais; com a guerra da Ucrânia, que triplicou o adubo; com tudo isso, se o Governo quiser acabar de quebrar o Brasil (porque começar, já começou), é só se recusar a financiar o produtor rural. O agro é quem sustenta o Brasil, quem sustenta o país é o setor produtivo. Vá ver lá as exportações de suínos, de bovinos, de soja, de milho, nós somos campeões nisso aí, e com uma tecnologia das mais avançadas do mundo, não precisamos mais derrubar um único pé de árvore. O que nós precisamos é de pessoas decentes no governo, não alguém como essa ministra do Meio Ambiente, que não entende patavina, mais perdida que cachorro caído de mudança, só pondo empecilho...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eles querem desmatar e contaminar!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Um minuto! Eu estou no aparte... O João Figueiredo falava "derrube o mato, que o João garante"; o que que o Governo Federal está fazendo lá no norte? Expulsando o coitado que trabalhou, confiscando gado, queimando curral...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Acabaram com Mato Grosso, estão acabando com a Floresta Amazônica...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — A palavra está assegurada ao deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Pela ordem, presidente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — ... eu vou tentar falar nas Explicações Pessoais, porque aqui não há tempo suficiente para rebater o que o meu colega fazendeiro Zeca do PT colocou... Porque nós não devemos favor nenhum a esse Governo. Nada! Eu parei de plantar porque não aguento pagar 15% ao ano, peguei minhas máquinas e vendi para o meu filho, ele que é mais novo que toque...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu defendo reforma agrária! Senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — A palavra está assegurada ao deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — ...que se entregue isso para os colonos, que os colonos vão produzir; rico só quer dinheiro de banco, para ficar mais rico, para concentrar terra, concentrar riqueza!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — A palavra está com o deputado Zé Teixeira!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Mas, deputado Zeca do PT, ninguém consegue ficar rico sem trabalhar; eu também fui colono, trabalhei e fiquei rico. Agora, vocês querem que a pessoa trabalhe só cinco dias e descanse dois! Deixe a pessoa trabalhar o tanto que ela quiser!

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vocês querem que aqui seja igual à Argentina: doze horas por dia...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Senhor presidente, só queria fazer uma ponderação. Que seguíssemos o Regimento. Não tem sentido apartear quem fala pela ordem, estamos no Grande Expediente, então vamos debater, mas seguindo o Regimento, senão vira balbúrdia, o certo é alguém na tribuna e alguém no microfone do aparte, pelo menos foi sempre assim que funcionou.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Vamos adiante.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Senhor presidente, me permite?

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Pois não, deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Eu fico muito preocupado com essa situação...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Mais um da direita falando!

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — ... porque a taxa de juros praticada hoje no país é de 14,75% (recentemente estava em 15%), a segunda maior taxa do mundo!

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Seis por cento!

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Ano passado o Governo pagou um trilhão de reais de juros da dívida pública, que continua crescendo, já está em 87% do PIB...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Dívida deixada pelo seu Bolsonaro!

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — ...e ano que vem deve atingir 100% do PIB. Mas ora, o agro representa 25% do PIB, três, vírgula, dois trilhões de reais! gerando emprego, gerando renda, fortalecendo a economia do país. O deputado Zé Teixeira colocou muito bem: o dinheiro que se empresta ao produtor é dinheiro de banco, incide sobre ele juros, não é nada de graça, não existe almoço grátis para produtor rural, não! Todo mundo tem de pagar, empenham propriedade, fazem o que for preciso, mas a conta chega. Então, deputado Zeca, o discurso é bom, mas na prática, sem trabalho, sem seriedade, não se constrói um país. Eu não sou extrema-direita, eu sou pela realidade dos fatos: o Brasil depende do agro, depende daqueles que se batem de segunda a segunda, sem paternalismo nenhum do Governo, porque produtor rural sério não depende de paternalismo de governo! Era isso, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Ao contrário: o agro depende do Governo!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Deputado Zeca, daqui a pouco a gente continua nas Explicações Pessoais. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que faça a recomposição de quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Senhor presidente, são vinte e um deputados presentes: há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 302/2025. Autor: deputado Zé Teixeira. "Declara de utilidade pública estadual a Associação de Proteção Animal do Município de Jardim MS (Apaj)." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. Em discussão... Encerrada a discussão... Quero cumprimentar os vereadores Fernando Roberto Batista de Souza e Cleison Vital Rodrigues, do município de Água Clara; o vereador Ademar Laurindo, de Camapuã; e Adão Pereira Leite, o Adãozinho de Rio Brilhante. Em votação.

Projeto de Lei nº 302/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Solicito ao primeiro-secretário o resultado da votação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis, nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 186/2024. Autor: deputado Paulo Duarte (coautoria do deputado Gerson Claro). "Dispõe sobre a prestação de informações aos consumidores e aos geradores de energia solar no

âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Para discutir, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Só para esclarecer. Hoje grande parte das residências tem energia solar, as microgeradoras, e os consumidores não têm um controle sobre isso; com essa lei, as concessionárias terão de informar efetivamente o consumo daquela residência e quanto foi gerado, sendo que eventual saldo fica na conta do consumidor para que ele o utilize no período subsequente, ou o transfira, se tiver outra residência no mesmo CPF. É uma medida que dá transparência para os estabelecimentos, para as residências que têm microgeração de energia, o que hoje, como disse, é muito comum, principalmente pelo preço elevado da energia. É isso.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Ainda em discussão... Aproveito para cumprimentar: o vereador Rener Barbosa, presidente da Câmara Municipal de Maracaju; o vereador Márcio Barbosa Souza, o Marcinho Souza, de Coxim; e a vereadora Vanice Luciana de Oliveira, presidente da Câmara do Município de Paranaíba... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Para declarar o voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, acho importante o projeto, mas acho também que precisamos aprofundar o debate sobre a energia sustentável no Estado de Mato Grosso do Sul. Recentemente fiz uma audiência pública com pescadores, em Batayporã, que vêm observando os efeitos negativos da usina sobre o rio Paraná, a destruição do meio ambiente. Nós entendemos que é preciso equilibrar produção de energia, garantia de energia para a população, com as necessidades de preservação do meio ambiente. A Usina Sérgio Motta — basicamente de São Paulo, mas que ocupa uma grande área em nosso estado — tem causado um desastre ambiental na bacia do Paraná. Então, voto sim ao projeto, com a ressalva de que precisamos discutir melhor a matéria, acho que precisamos incentivar a produção de energia solar, de energia sustentável no estado, como forma de proteger o meio ambiente. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 186/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos)

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB)

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Solicito ao primeiro-secretário o resultado da votação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, são dezessete votos sim e nenhum voto não.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 227/2025. Autor: deputado Neno Razuk. "Concede permissão, nos termos que especifica, ao aluno com deficiência e/ou com transtornos globais do desenvolvimento no ambiente escolar." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 227/2025, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Solicito o resultado da votação ao primeiro-secretário.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, dezesseis favoráveis, nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Resolução nº 08/2026. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Senhor presidente, apenas para lembrar da importância desse oftalmologista, ele que foi precursor no que diz respeito ao implante de lente, que teve atuação decisiva na questão do banco de olhos, na questão dos transplantes e, acima de tudo, na questão do curso de Oftalmologia da Universidade Federal de MS. Portanto, agradeço de antemão a compreensão dos colegas: com a aprovação desse texto, estaremos eternizando nesta Casa o nome de alguém que deu uma enorme parcela de contribuição no que diz respeito ao atendimento oftalmológico. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 08/2026, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente - deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário - deputado Paulo Corrêa (PL).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) – Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) – Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) - Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Solicito ao primeiro-secretário o resultado da votação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Senhor presidente, são quinze votos favoráveis, nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado o projeto de resolução que Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo denominados “Médico Oftalmologista Luiz Eleuthério Lani. Vai ao Expediente. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: 04 requerimentos, 18 indicações, 02 moções de aplauso e 09 moções de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Não há moções de pesar. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas. Há pouco, eu aparteava o meu colega deputado, produtor rural e ex-governador Zeca do PT (é um pecado que tenha se ausentado). Se ele não tivesse conhecimento, não fosse qualificado (foi funcionário do Banco do Brasil), tudo bem; mas qual é o dinheiro que o Governo Federal dá para o produtor rural? Nada! Nenhum centavo. O produtor rural é financiado ou pelo Banco do Brasil, ou pelos bancos privados (Bradesco, Itaú, etc.)... aliás, hoje, aqui e em todo o país, quem mais financia o produtor rural é a cooperativa de crédito Sicred, que tem crescido e muito — cresce porque tem apoiado e amparado o setor produtivo. Quem quiser, hoje, comprar propriedade rural em Mato Grosso do Sul, é só entrar no sistema do judiciário e ver o tanto que está à venda, em leilão público. Agora, se o Governo Federal não aumentar realmente o valor a ser financiado, ele estará simplesmente demolindo o pilar que mantém o país de pé, para deixar correr solta a gastança com a reeleição. Sim, porque está claro aí nas pesquisas (e nem começou a campanha) a briga acirrada que vai ser com o seu adversário, pré-candidato, que é filho do ex-presidente da República — que na minha opinião foi um presidente decente, que deu garantia para o campo. No tempo do governo do Jair Bolsonaro não houve uma invasão de terra em Mato Grosso do Sul: hoje, estamos vendo aí a Funai, essas entidades, mandando ofício para o produtor rural, que tem de responder em quinze dias esclarecendo se a sua terra é escriturada, titulada, hipotecada no banco. Quer dizer, agora o produtor tem de dar explicações para essa Funai falida, da qual não se tem notícia de um investimento que seja em questão indígena, nem aqui e nem em lugar algum do Brasil. Eu fico triste de ver um homem qualificado como o Zeca do PT, meu colega produtor rural lá em Dois Irmãos do Buriti, meu vizinho, fico triste de ver esse homem qualificado dizer que o "Governo Federal está fazendo é favor, que está investindo uma dinheirama na fazendeirada"... Isso não procede. Não procede! Esse dinheiro é para socorrer aquele produtor que não teve sorte, que foi atingido pelas questões climáticas, que não conseguiu pagar a renda (porque nem sempre a terra é própria), ou que se vê na iminência de ter de vender a terra para pagar os bancos. O nosso país está sem segurança jurídica, o nosso judiciário, no meu ponto de vista, está hoje igual biruta de avião: julga hoje de um jeito, amanhã não é mais aquilo... Pois eu lhes digo, produtores rurais, meus colegas deputados, senhoras e senhores que nos assistem: deixem entrar um governo disposto a consertar a economia do nosso país, que vocês verão o que faz tempo não veem. Aqui em Campo Grande é só placa de "vende-se", de "aluga-se"... Quem é que vai alugar se não existe comércio? Vão ao centro de São Paulo para ver, o que não está em ruína, estão vendendo. E cadê o comprador? Não circula dinheiro numa economia com juros de 15% ao ano. Hoje metade da produção é custo, de adubação e de juros, e com a outra metade não dá para comprar uma máquina. Eu tenho até nojo de pronunciar o nome daquele traidor que é o vice-presidente da República, com quem um dia subi num carro lá em Dourados, achando que ele era homem de qualidade, um homem decente, que ele podia ser presidente da República. Mas o poder foi grande demais, subiu-lhe à cabeça. Fulano de tal quer voltar à cena do crime! Quer continuar com a roubalheira!... Mas é assim mesmo, quem não tem berço, não tem decência, e o poder econômico fala mais alto. Eu tenho nojo de pronunciar o nome desse sujeito... Se você pegar o que ele ofereceu para a economia, lá na maior feira de tecnologia em agricultura, em Ribeirão Preto, e contrastar isso com o preço de uma

máquina, que custa cinco, seis, sete milhões, fora IPI e não sei que outro imposto lá na fábrica (máquina que deveria ser isenta de imposto); se comparar isso com o tamanho do Brasil, com a quantidade de produtores, você vai ver que é pouco: não dá para comprar nenhuma carriola com o dinheiro do financiamento... "Ah, mas o Governo Federal está enchendo a fazendeirama de dinheiro"... Não! O Governo Federal, na situação que está, gastando mais do que arrecada, ele está é quebrando a "fazendeirama", está quebrando a economia, está parando a geração de emprego; porque hoje ninguém faz mais negócio neste país, ainda mais agora com essa história de taxar fortuna. Fortuna quem tem é quem trabalhou, quem deu exemplo para a sua família. Um tempo atrás uns, sete, oito, nove países fizeram isso, taxaram a riqueza, e deu no que deu. E que faz a riqueza quando é taxada? Ela migra! Como está migrando hoje. Não sei se a imprensa sabe, mas lá no Paraguai (eu vi ontem numa propaganda) estão oferecendo aluguel de casa de graça, por cinco anos, para quem for para lá trabalhar. Minha família está toda criada, mas tenho dó dos meus filhos, tenho dó dos meus netos, porque se continuar esse desmando, não sei onde este país vai parar. Eu estou com oitenta e seis anos, mas se eu tivesse hoje quarenta, cinquenta anos, a primeira coisa que eu fazia era vender tudo que eu adquiri aqui, com honestidade e trabalho, e me mudava; não dá para ficar num país que não tem saúde, um país que não tem segurança pública, um país que não tem lei, um país desorganizado, um país que afugenta o seu povo: não tem como trabalhar num país sem segurança jurídica, não tem como ficar tranquilo sem saber se a sua filha vai voltar da escola, se o bandido não vai assaltar, dar um tiro na cabeça dela por causa de um iPhone... E você vê o presidente dizer: "Não pode prender uma criança só porque roubou um telefone celular"! Isso é vergonhoso, eu tenho até vergonha de falar isso aqui na tribuna, mas quero dizer ao meu colega Zeca do PT, produtor rural como eu: não existe *dinheirama* investida em *fazendeirama*, o que existe é gastança fora do limite para quebrar a *fazendeirama*. E se Deus não ajudar e o clima não melhorar, não se produz, e aí eu quero ver quem vai trabalhar com um saco de soja a cem reais. E pra tudo você precisa de uma licença; agora o Ministério do Meio Ambiente determinou que quem não tiver as explicações corretas, vai ficar fora do financiamento. Quem derrubou o mato lá no tempo em que o João Figueiredo falou "plante que o João garante", quem prosperou, que fique atento, e se tiver boi, não venda para a JBS! Não venda para um frigorífico que tem o monopólio da carne do Brasil e no mundo... Vou concluir, senhor presidente... Então eu me sinto obrigado a vir a esta tribuna falar essas coisas, em que pese o respeito que tenho pelo Zeca, em que pese a nossa amizade; ele fala isso aí porque é um momento eleitoral, mas eu tenho certeza absoluta (fui deputado oito anos junto com ele) que o que ele fala aí, no fundo, não é o que ele pensa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Mais uma vez venho aqui, presidente, para falar da nossa grande preocupação com os conflitos agrários — estamos acompanhando uma situação lá na reserva Limão Verde, na terra indígena Iguatemipeguá, no município de Amambai. Venho fazer alguns questionamentos ao

Governo do Estado, em especial ao secretário da Sejusp, sobre o envio das forças de segurança — mais uma vez! — para defender os fazendeiros, em detrimento da luta dos povos indígenas. Esse é um povo que luta há muitos anos pelo seu território; as pressões políticas dos pecuaristas têm atrapalhado os estudos, têm dificultado o avanço na política de demarcação dos territórios; e sem demarcação, sem uma política efetiva e determinante sobre quais áreas são ou não indígenas, o resultado é o conflito. E nesses conflitos, causados por uma política nada imparcial do Estado, o que se observa é o fortalecimento do ataque aos povos indígenas; eu sei porque estive presente em vários desses momentos: a polícia do governador Eduardo Riedel está agindo como milícia privada para defender os interesses dos fazendeiros, em detrimento dos direitos dos povos indígenas. Venho, portanto, fazer alguns questionamentos ao secretário de Segurança: quais são as informações oficiais, se esses episódios constam dos registros das forças, a que rito obedeceram essas diligências, que protocolos foram observados, enfim, uma série de questionamentos. Porque o que eu percebo é que o governador tem utilizado um segmento do serviço público que ele na verdade nem valoriza. Semana passada, eu acompanhei uma reação bastante deselegante, para dizer o mínimo, do governador ante um jornalista que o questionava sobre a política de valorização dos servidores da Segurança Pública, especialmente da PM; e a resposta dele foi: "Vá estudar! É bom que você estude o que foi feito pelos PMs." Pois decidi eu estudar. E ao estudar, o que constatei foi que o Eduardo Riedel não fez absolutamente nada para os servidores da Segurança Pública: nenhuma política de valorização desses servidores, em especial da PM. Portanto, os mesmos PMs que ele despacha para as áreas de conflito, que estão aí na linha de frente cuidando da população, correndo os maiores riscos, nas periferias, nos ambientes mais violentos — essas pessoas são as que o governador menos valoriza... Pergunta o jornalista: "O que o senhor fez além de dar um auxílio de cem reais?"... Respondo eu, depois de ter estudado: continua cem reais! Antes era um auxílio de cem reais, e continua assim até hoje, não foi feito absolutamente nada! O reajuste dado à PM foi de 3,81%, o mesmo que foi dado para todos os servidores públicos, menos que a inflação. Quer me parecer que o governador Eduardo Riedel precisa também estudar; estudar sua própria política, estudar suas ações, precisa conversar com os policiais. Vá até à base, tenha humildade, desça do salto, estude, converse com as pessoas, reconheça que a política adotada de "valorização" dos policiais neste estado é uma política pífia, é uma política que não enxerga os trabalhadores da Segurança Pública no Estado de Mato Grosso do Sul... Mas na hora de defender os fazendeiros, são esses que não foram valorizados que colocam sua vida em risco. O Brasil é um dos países onde a polícia mais mata, mas é também o país em que a polícia mais morre, são muitos confrontos. Essa política de guerra da Segurança Pública não dá certo, é uma política que coloca ainda mais em risco a vida de servidores públicos. E aqui em Mato Grosso do Sul, esse mandato do Riedel foi um dos períodos em que mais aumentou a letalidade da polícia. Ou seja, a bússola que orienta as ações da segurança pública é uma política de morte, é uma política que coloca em risco a vida do cidadão e do próprio servidor. Portanto, venho aqui para dizer ao governador Eduardo Riedel: estude; estude a sua política, veja os efeitos deletérios do seu trabalho, para a própria PM, para a Agepen [Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário]... Ele nem sequer escuta as reivindicações dos sindicatos, das organizações que estão na defesa da PM, da Agepen,

da Polícia Civil, da Polícia Científica... Durante esse longo período, a todo momento nos chegam aqui reivindicações e reclamações acerca da falta de atenção do governador com a Segurança Pública... E quando ele é questionado por um jornalista, a resposta é rude, mais do que deselegante, uma resposta que mostra que ele não tem o que responder, apenas um meneio de quem não quer assumir que não fez absolutamente nada. Mas não importa, nós vamos continuar lutando pela Segurança Pública aqui nesta Casa, que esse servidor público merece ser respeitado, principalmente o praça, o menos valorizado, que está ali no dia a dia no contato direto com a população. Portanto, senhor governador Eduardo Riedel, estude. Estude e valorize esse servido, que tem feito um trabalho importante na defesa da sociedade. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão (11h36min).